**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **INTRODUÇÃO**
   1. Este documento estabelece as normas específicas para o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** visando suprir a necessidade de aquisição para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme **Lei 8.666/93**.
   2. Este documento tem o objetivo de reunir os elementos necessários e suficientes à caracterização do objeto a ser adquirido, fornecendo subsídios para o **Registro de Preços** pra eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de **insumos necessários para os serviços de esterilização, no PAM - Salgadinho**, conforme a **Lei 10.520/2002** e os decretos Federal nº **7.892/2013** e **10.024/2019, Decreto Municipal n° 7.496/2013.**
2. **JUSTIFICATIVA.**
   1. Em virtude de suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió**,** adotou-se o Sistema de Registro de Preços para a presente aquisição em razão de: **INSUMOS NECESSARIOS PARA OS SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO, NO PAM SALGADINHO**.

**A)** Haver previsão de aquisições freqüentes dos produtos a serem licitados, diante de suas características e natureza;

**B)** Impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido.

* 1. Tendo em vista que existe no PAM Salgadinho uma Central de Material e Esterilização que fornece material esterilizado para o uso diário na Unidade e que a mesma necessita de insumos específicos para o seu funcionamento.
  2. Este quantitativo será para uso anual, o qual se justifica por ser indispensável para a saúde pública, evitando desta forma a descontinuidade do serviço de esterilização no PAM - Salgadinho, impedindo assim a interrupção dos serviços prestados pela Central de Material e Esterilização o que poderia ocasionar imensos prejuízos aos usuários.
  3. A Secretaria Municipal de Saúde **não tem intenção** em convocar os demais Órgãos municipais para atuarem como participantes, tendo em vista a especificidade do objeto.

deste Termo de Referência são específicas deste órgão.

1. **DO OBJETO.**
   1. **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de **insumos necessários para os serviços de esterilização, no PAM - Salgadinho,** a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió.
   2. Nas especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Termo de Referência.
2. **MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**
   1. A aquisição dar-se-á pela modalidade licitatória denominada pregão, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento e classificação das propostas, **o menor preço por item** observadas as especificações técnicas definidas no Anexo I deste Termo de Referência.
3. **ESPECÍFICAÇÃO DOS BENS** 
   1. Os bens objeto de aquisição são os constantes em tabelas no (anexo I) deste Termo de Referência.
   2. Os quantitativos previstos foram estimados conforme anexo II.
4. **CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS** 
   1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019.
5. **DAS REGRAS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO NA LICITAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES**
   1. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO​**
      1. O julgamento da licitação será realizado pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas neste termo de referência.
      2. A adjudicação o objeto será realizado segundo o critério de julgamento fixado na alínea anterior, observada a decisão final de julgamento do certame pelo Pregoeiro.
   2. **DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**:
      1. Deverá levar em consideração o valor estimado no mapa de preços.
      2. Os preços unitários finais e totais propostos deverão ser aqueles inferiores ou iguais ao valor estimado, não ultrapassando a margem de preferência estabelecida durante a sessão.
   3. **DO VALOR ESTIMADO E O SIGILO DO ORÇAMENTO**.
      1. O custo estimado da contratação deverá constar apenas no Mapa de Preços junto ao processo, que será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.
      2. Nos termos do artigo. 15 § 1º do Decreto 10.024/2019, o valor estimado não será divulgado, de acordo com o princípio da economicidade e da competitividade, gerando economia institucional e uso racional e eficaz do recurso público direcionado a esta SMS.
   4. **DO ENVIO DE LANCES**
      1. O Envio de Lances será realizado por meio do modo de disputa ABERTO e FECHADO, conforme previsto no art.14 do Decreto 10.024/2019.
6. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.**
   1. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil do Órgão interessado.
   2. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió.
   3. **SUBAÇÃO: 18001.4041.09** – Reordenamento da Atenção Primária à Saúde.

**NATUREZA DA DESPESA; 3.3.90.30** – Material de consumo.

**FONTE DE RECURSOS: 0.2.41.001.001** – Atenção Básica.

1. **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**
   1. Sempre que julgar necessário o Órgão Contratante solicitará, durante a vigência da ARP, o fornecimento dos produtos registrados na quantidade necessária, mediante a elaboração do instrumento contratual
   2. A Contratante não estará obrigada a adquirir os produtos registrados, contudo, ao fazê-lo, solicitará um **percentual mínimo de 10% (dez) do que se encontra registrado;**
   3. O prazo previsto para entrega deverá ser de até 30(trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento (via e-mail ou correios) ou retirado na sede da Contratante;
   4. A Contratante não estará obrigada a adquirir os bens registrados, contudo, ao fazê-lo, solicitará **um percentual mínimo de 10% (dez) de cada item** do que se encontra registrado;
   5. A Contratada deverá fornecer os produtos de acordo com a solicitação da Contratante, através de ordens de fornecimento, consubstanciadas em ofícios, que deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição.
   6. Os produtos deverão ser entregues, em única parcela, acompanhados da documentação fiscal, Os produtos requisitados deverão ser entregues acompanhados da documentação fiscal, com cópia da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, o **Almoxarifado Central localizado na Rua Maragogi, nº 110, Canaã, CEP: 57.080-110, Maceió-AL**, devendo agendar o horário da entrega, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, através do telefone: **(82)3312-5444.**
   7. Os produtos deverão atender aos dispositivos da **Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor)** e às demais legislações pertinentes.
   8. Os produtos serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. **73, II “a” e “b”, da lei Federal nº 8.666/1993.**
   9. Provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   10. Definitivamente, no prazo de **10 (dez)** dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
   11. O ato de recebimento dos produtos, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os produtos fornecidos serão submetidos à verificação. Cabe a Contratada a substituição dos produtos que vierem a ser recusados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da solicitação.
   12. A Contratante poderá se recusar a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela licitante vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.
2. **DA HABILITAÇÃO TÉCNICA.**
   1. Atestado ou certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou fornecimento compatível com o objeto deste Termo de Referência. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinados, carimbados e em papel timbrado da empresa ou Órgão que adquiriu os produtos.
   2. Alvará ou licença sanitária expedida pela autoridade sanitária municipal ou estadual da sede da licitante, dentro da validade, quando cabível;
   3. Autorização de fornecimento expedida pela **ANVISA,** quando cabível.
3. **DAS OBRIGAÇÕES.**
   1. **DA CONTRATADA**
      1. Assinar a ARP em até 05 (cinco) dias contados da convocação pela Contratante.
      2. Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata no limite do quantitativo registrado.
      3. Promover a entrega do objeto no prazo, local e condições propostas na licitação e na Ata, sem qualquer ônus adicional para a Contratante;
      4. Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à requisitante até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo previsto para a entrega.
      5. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, frete, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidirem direta ou indiretamente, e demais ônus referentes ao fornecimento do produto.
      6. Providenciar a imediata substituição das deficiências apontadas pela fiscalização na execução da Contratação.
      7. Substituir, às suas expensas, imediatamente, no total, ou em parte, os produtos que vierem a ser recusados, quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções (artigo 69, Lei Federal n.º 8.666/93).
      8. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados, quando caracterizada a má fé, o dolo, a negligência, imprudência ou a imperícia profissional, durante a entrega dos produtos.
      9. Manter, durante a execução da contratação, as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.
      10. Ressarcir a Administração Pública do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do objeto contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior.
      11. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, tendo como agente a Contratada, na pessoa de prepostos ou estranhos.
      12. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas pela Contratante em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do instrumento contratual ou instrumento equivalente, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte, inclusive os horários de entrega.
   2. **DA CONTRATANTE:**
      1. Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta, para assinatura da ARP;
      2. Publicar o extrato da Ata de Registro de Preços na forma da Lei.
      3. Emitir Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento;
      4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, atestar as Notas Fiscais e efetuar o pagamento;
      5. Solicitar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos produtos, mediante Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento;
      6. Comunicar, imediatamente, as irregularidades verificadas na execução da contratação;
      7. Recusar-se a receber os produtos licitados, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela Contratada, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização;
      8. Observar para que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sejam mantidas por parte da Contratada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
      9. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais.
4. **DO PAGAMENTO.**
   1. O pagamento será efetuado pela Contratante, de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido, através de depósito bancário em conta-corrente fornecida pela contratada, em até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.
   2. Conforme  a Lei nº 8.666/93, **Art. 5º, §3º** os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores **não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24**, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** contados da apresentação da fatura.
   3. **A contratada deverá apresentar para efetivação do pagamento, os seguintes documentos:**
5. Relatório do fornecimento dos exames no período a que o pagamento se referir;
6. Comprovação de regularidade com a Seguridade Social, no caso de pessoas jurídicas;
7. Comprovação de regularidade com o FGTS, no caso de pessoas jurídicas;
8. Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual, e Municipal, no caso de pessoas físicas ou jurídicas;
9. Prova de inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
   1. Nenhum pagamento será efetuado à empresa na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
   2. Ausência ou decurso do prazo de validade da documentação discriminada no item desta cláusula.
   3. Erro na Nota Fiscal/Fatura/Recibo.
   4. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.
10. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
    1. O prazo de validade da ARP será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.
    2. O remanejamento somente ocorrerá entre os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Maceió.
    3. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registros de Preços poderão ser remanejadas pela ARSER, Órgão Gerenciador, entre os órgãos da Administração Públicas Municipal de Maceió, participantes e não participantes do procedimento licitatório.
    4. O remanejamento de que trata o item 13.3 somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.
    5. No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, deve ser observados os limites previstos nos § 3º do art. 22 do Decreto 7.492, de 11 de Abril de 2013.
    6. A gestão da ARP caberá à **Agência Municipal de Regulação de Serviços Delegados-ARSER**, Situada na Rua Mal. Roberto Ferreira (Antiga Rua da Praia) 71 – Centro, Maceió-AL, 57020-680. Fone: **(82) 3312-5100**
    7. Competem ao Órgão Gerenciador e aos participantes os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, para registro no SICAF
    8. Caberá ao Gerenciador da Ata realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.
    9. Para efeito do disposto no subitem 13.3, caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do Órgão que vier a sofrer redução de quantitativos informados.
    10. Os remanejamentos somente serão autorizados após a primeira aquisição ou contratação realizada pelo órgão integrante da ATA.
11. **DA CONTRATAÇÃO.**
    1. Por se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens, o instrumento de Contrato decorrente da Ata será substituído por **Nota de Empenho de Despesa**, conforme previsão do **Art. 62 da lei 8.666/93.**
    2. O prazo para o recebimento da Nota de Empenho de Despesa será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no **§ 1º do art. 64 da lei nº. 8.666/93**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **Art. 81** da mesma lei.
    3. Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito a contratação independentemente de sujeitar-se às penalidades do **art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002** e autoriza a Contratante a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação da ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
12. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.**
    1. A contratação será acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor (a), **Diretora de Atenção a Saúde.**
    2. O gestor da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:
       1. Expedir ordens de fornecimento;
       2. Proceder ao acompanhamento técnico da entrega;
       3. Comunicar à Contratada o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
       4. Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual;
       5. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, em conjunto com o Gestor da Pasta, desde que atendidas às obrigações contratuais;
       6. Atestar as notas fiscais de fornecimento para efeito de pagamentos;
       7. Recusar o objeto que for entregue fora das especificações contidas neste Termo de Referência ou que forem entregues em quantidades divergentes daquelas constantes na ordem de entrega;
       8. Solicitar à Contratada e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações.
13. **DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS.**
    1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
       1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
       2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
       3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
       4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.
    2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
       1. Por razão de interesse público; ou
       2. A pedido do fornecedor quando:
    3. Comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
    4. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço e/ou produto.
    5. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.
14. **DAS SANÇÕES.**
    1. São sanções passíveis de aplicação às empresas, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.
       1. Advertência;
       2. Multa diária de 0,3% (três décimos percentuais);
       3. Multa de até 5% (cinco por cento);
       4. Multa de até 10% (dez por cento);
       5. Suspensão temporária, pelo período de até 2 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com este órgão com a imediata comunicação;
       6. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Maceió pelo prazo de até cinco anos nos termos do art. 10, Anexo II, c/c art. 14, Anexo I, todos do Decreto Municipal 6.417/2004 com o imediato registro no SICAF.
    2. O fornecedor estará sujeito às sanções do subitem 17.1 nas seguintes hipóteses;
    3. Multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do contrato, na hipótese de recusa injustificada em reparar os defeitos apresentados nos produtos fornecidos ou substituir, as suas expensas, as peças necessárias ao seu regular funcionamento, a ser recolhida no prazo máximo de **15 dias (quinze) dias** consecutivos, uma vez comunicada oficialmente;
    4. Multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, incidente sobre a parcela inadimplida, na hipótese de atraso no cumprimento dos prazos de entrega, ate o máximo de 10% (dez por cento) recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** diasconsecutivos, uma vez comunicada oficialmente.
    5. “Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos ao município: aplicação da sanção prevista no subitem 17.1.1”;
    6. Em caso de ocorrência de inadimplemento não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
    7. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no subitem 14.3, a empresa ficará isenta das penalidades mencionadas.
    8. A critério da Contratante, nos termos do art. 87, § 2.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, e considerando a gravidade da infração cometida, ocorrendo quaisquer das hipóteses indicadas no subitem 17.2, a sanção prevista no subitem “17.1.5” ou no subitem “17.1.6” do item 17.1 que poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com quaisquer das multas previstas no subitem “17.1.2” a “17.1.4” do mesmo dispositivo.
    9. As penalidades fixadas no subitem 17.1 serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Contratante, no qual serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.
15. **DA SUBCONTRATAÇÃO.**
    1. A critério da Contratante, mediante prévia aprovação do Gestor da Pasta, a Contratada poderá em regime de responsabilidade solidária subcontratar parte do objeto, dentro do que estabelece o artigo 72 da Lei Federal 8.666/93.
16. **DA VALIDADE DOS PRODUTOS.**
    1. Todos os produtos fornecidos devem possuir uma garantia/validade do fabricante de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.
       1. Havendo prazo de garantia superior ao mínimo exigido prevalecerá a regra mais favorável a Administração Pública.
    2. Durante o período de garantia/validade, os produtos que apresentarem defeitos deverão ser trocados por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos produtos originalmente fornecidos e todas as despesas inerentes à reposição e transporte, correrão por conta da Contratada, não cabendo qualquer ônus a Contratante, conforme o caso.
17. **REAJUSTE, DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**
    1. Fica proibido o reajuste do valor do contrato no interregno de 12 (doze) meses, exceto nas hipóteses decorrentes do Art. 65, alínea “d” do inciso II da Lei Federal 8.666/93, devidamente comprovado.
       1. Em caso de reajuste, após o período mencionado no subitem acima, será utilizado como base o IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo).
       2. Toda revisão deverá incidir a partir da data em que for protocolado o pedido.
       3. Pode ocorrer revisão do contrato ou ata, tencionando o reequilíbrio econômico financeiro, desde que haja incidência de fato imprevisível e devidamente justificado, conforme art. 37, XXI, da CF/88, arts. 57,§§ 1º e 2º, 65, II, “d” e § 6º, todos da lei n. 8666/93 e arts. 17/19 do Decreto Municipal nº 7.496/2013.
       4. A revisão deverá incidir a partir da data em que for protocolado, com fundamento no item anterior, o pedido da parte contratada.
    2. A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do Contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.
18. **DA RESCISÃO**
    1. Em conformidade com o que dispõe os art.s 77 a 80 da Lei 8.666/93, qualquer das partes poderá rescindir o contrato, a qualquer tempo, sem qualquer razão ou motivo, mediante simples aviso à outra Parte, com 30 (trinta) dias de antecedência, hipótese em que, ficará a parte que rescindir o Contrato exclusivamente responsável pelos pagamentos dos serviços até então executados, assim como pelo ressarcimento integral das despesas diretas e razoavelmente incorridas pela Contratada até a referida rescisão.
    2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, inciso I a IV, parágrafos 1º ao 4º do aludido diploma legal;
    3. Na hipótese de ocorrer rescisão administrativa, será obrigação do contratado o reconhecimento dos direitos da Administração previstos no art. 77 da Lei 8.666.
    4. A Administração poderá rescindir o Contrato nas hipóteses previstas nos art. 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.666/1993 com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste Termo de Referência.
19. **DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.**
    1. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
    2. O produto ou serviço deverá ter garantia contra defeitos de fabricação.
    3. O setor técnico competente auxiliará o pregoeiro nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações a análise de propostas.
    4. Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados a Diretoria de Atenção a Saúde por escrito no endereço: Rua Dias Cabral, 569 - Centro, Maceió - AL, 57020-250 Telefone: **(82) 3312-5459** ou por e-mail: [das-administrativo@sms.maceio.al.gov.br](mailto:das-administrativo@sms.maceio.al.gov.br).

Maceió/AL, 02 de Junho de 2021

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Sandra Torres de Oliveira**

Coordenação Geral de Atenção Especializada

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Ronny Roselly Almeida Domingos**

Diretora de Atenção à Saúde

**APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA**

**E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Célia Maria Rodrigues de Lima Dias Fernandes**

Secretária Municipal de Saúde de Maceió

**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **PRODUTO** | **QUANT.** | **UNID.** | **Período** |
| 01 | **INDICADOR QUÍMICO** – Do tipo integrador, classe 6; para autoclaves com bomba de vácuo; constituída de tira de papel apropriadas medindo 7 cm; impregnado de reativo químico colorido, atóxico, sem presença de chumbo, em conformidade com ISO 11140-1, que após ser submetido ao processo de esterilização por 134º a 7 minutos e 121º a 20 minutos, mudará de cor, possibilitando a leitura dos seguintes parâmetros; tempo, temperatura e qualidade do vapor, super aquecimento e umidade: com guia de parâmetro impresso na própria tira, possuindo adesivo de fácil remoção, para facilitar no processo de documentação, deve acompanhar de guia interpretação de resultados, em atendimentos RDC 15; ART. 97 embalagem deve conter os dados de identificação do produto. | unidades | 14.400 | anual |
| 02 | **INDICADOR BIOLÓGICO** – Frasco de esporo, contendo bacillus Stearothermophilos em meio de cultura específica para indicação de crescimento microbiano; Indicador Biológico para bomba de vácuo do tipo auto contido com tempo de resposta final negativa em 3 horas, por método de fluorescência a vácuo. A tira contendo esporos está acondicionada em uma ampola plástica termorresistente, contendo uma ampola de vidro lacrada com caldo nutriente próprio para crescimento dos microorganismos. Cada ampola possui um rotulo externo que informa o nome do produto, lote, prazo de validade contendo campos de identificação e um indicador químico.  **A empresa deverá fornecer em comodato, uma incubadora para leituras das ampolas e treinamento para uso.** | unidades | 960 | anual |
| 03 | **TESTE DIÁRIO PARA AUTOCLAVE** (BOWIE & DICK)- Pacote com teste diário para autoclave com sistema de vácuo – constituído de uma folha de papel medindo aproximadamente 12,5 x 12,5 cm. Impregnada com um reagente químico, atóxico, sensível aos parâmetros críticos de esterilização que deverá mudar de cor, possibilitando a leitura Bowie & Dick. Deve- se apresentar em um pacote descartável de pronto uso, com sistemas de barreira que represente no mínimo 7 kg, sendo um de cada lado composto de aproximadamente 190 folhas. O teste deve vir acompanhado de um guia de interpretação de resultados. Em atendimento RDC15. Art,83. | unidades | 960 | anual |

**Anexo II**

**RELATÓRIO DE ESTIMATIVA**

O Equipamento solicitado é de uso indispensável para o funcionamento do Centro de Materiais e Esterilização do PAM Salgadinho.

Uso indispensável para a lavagem dos materiais utilizados em procedimentos da Unidade, evitando o contato direto do servidor com as soluções químicas (antissépticas), bem como evitando a contaminação por possíveis resquícios de fluídos existente no material a ser manipulando pelos servidores do setor CME.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Ronny Roselly Almeida Domingos**

Diretora de Atenção à Saúde